



Pinnacleimages/FreePik.com

PAÍS À DERIVA, EM CONTEXTO DE PANDEMIA, CARESTIA E IMPACTOS DA GUERRA

A guerra é evento dramático de um tempo de aceleradas transformações no processo de reorganização da luta pelo poder entre as principais nações do planeta. De um lado, os EUA, que fomentam a expansão da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em direção à Rússia, desde o colapso da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), em 1991. De outro, o crescimento da imensa influência econômica da China sobre países da Ásia, América Latina e África, por meio do comércio, da diversificada indústria que controla e do poder militar.

O Brasil assiste a tudo de longe, tornado pária internacional¹ pelas ações irresponsáveis do governo federal e de um legislativo conivente. O país está à deriva e a única ação executada pelo governo é entregar o que o dinheiro estrangeiro quer comprar: das riquezas minerais aos produtos agrícolas de exportação; de empresas de saneamento básico e distribuição de eletricidade a ações de empresas e títulos da dívida pública.

O cerne da estratégia neoliberal é o desmonte do Estado nacional, com o enfraquecimento e a eliminação dos instrumentos que permitem coordenar políticas de desenvolvimento autônomas. A desastrosa hegemonia neoliberal no Brasil, acelerada com golpe e fúria após 2016, mostrou a rigorosa incompatibilidade entre gerir a economia pela lógica do arrocho fiscal, monetário e de salários e alcançar níveis de crescimento econômico que permitam reduzir o desemprego, a miséria e a exclusão. A situação é agravada pela desregulamentação financeira mundial e pela estagnação econômica verificada nos países centrais do capitalismo.

¹ Um **Estado pária** (também chamado de **pária internacional** ou **pária global**) é uma nação cuja conduta é considerada fora das normas internacionais de comportamento por parte ou por toda a [comunidade internacional](#). (Wikipedia).

Como planejado e executado, o conjunto de ações da chamada “ponte para o futuro” resultou, desde 2016, no rebaixamento progressivo do padrão de vida da classe trabalhadora no Brasil². Entre os instrumentos usados com esse propósito estão a Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de gastos), a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017), a liberação geral da terceirização (Lei 13.429/2017), a contrarreforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019), o desmonte do aparato estatal de fiscalização ambiental, entre outros. Esse cenário de destruição se tornou ainda pior com a persistente pandemia e o morticínio decorrente da atuação (ou falta de atuação) do governo federal, e com a escalada inflacionária, impulsionada pela guerra na Ucrânia.

Economia brasileira estagnada em ano eleitoral

Preocupado unicamente com o processo eleitoral e a busca da reeleição, o governo opera a gestão desastrosa da economia, que mantém o crescimento do país em patamares inferiores aos dos vizinhos da América do Sul.

As estimativas mais recentes da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, da Organização das Nações Unidas - ONU) indicam crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina e Caribe em 1,8%, para 2022. A América do Sul tem previsão média de crescimento de 1,5%, e, para o Brasil, a Comissão prevê apenas 0,4% de avanço do PIB. As estimativas para Argentina (3%), Bolívia (3,5%), Colômbia (4,8%), Uruguai (3,9%) e Venezuela (5%) ultrapassam muito o pífio desempenho esperado para o Brasil.

Já o FMI (Fundo Monetário Internacional), incorporando nas previsões os efeitos da guerra travada em território ucraniano, indica que o PIB brasileiro pode avançar até 0,8% em 2022, em razão dos aumentos nos preços das *commodities*³ e o conseqüente melhor desempenho da renda auferida pelos setores exportadores. Entretanto, a previsão do FMI é de que a economia global tenha expansão de 3,6%, com o bloco dos países capitalistas avançados atingindo 3,3% e as economias capitalistas subdesenvolvidas chegando a 3,8%, patamares muito superiores ao esperado para o Brasil.

Para a economia brasileira, a recente elevação da taxa de juros nos Estados Unidos (para o intervalo entre 0,75% e 1% ao ano), a maior nas últimas duas décadas, também pressiona o Banco Central daqui a manter a taxa básica (Selic) nos patamares elevadíssimos atuais (12,75%

² “Ponte para o futuro” era o nome do documento divulgado pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB), em 2015, no auge da campanha pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, com um programa de claro viés neoliberal, que seria a base do governo interino de Michel Temer, a partir de maio de 2016.

³ *Commodities* são produtos minerais e agrícolas pouco diferenciados, de baixo valor agregado: minério de ferro, aço, soja, açúcar, carne, petróleo cru, entre outros.

ao ano, com viés de alta), inclusive para conservar a taxa de câmbio ao redor de R\$ 5 por US\$ 1, e tentar segurar a inflação. A taxa de juros no Brasil, entretanto, tem se mostrado ineficaz para fazer retroceder a inflação, mesmo no horizonte de até nove meses à frente, em que a política de juros costuma fazer efeito sobre a demanda. Os efeitos imediatos da sequência de 10 elevações na taxa básica, desde janeiro do ano passado, são sentidos pelas famílias endividadas (são 77% do total de famílias brasileiras, maior taxa dos últimos 12 anos) e estimulam a atração de capitais especulativos, que encontram no Brasil rendimento seguro e elevado em meio às turbulências globais. Se o aumento de juros não resolve o problema inflacionário, ele é essencial para turbinar os lucros exorbitantes dos bancos. O governo Bolsonaro transferiu aos detentores de títulos da dívida pública (bancos, fundos de investimento, investidores), sob a forma de pagamento de juros, em 12 meses até fevereiro último, R\$ 422,5 bilhões (4,78% do PIB), segundo informações do Banco Central (BC). Como nos 12 meses anteriores, até fevereiro de 2021, foram gastos R\$ 316,5 bilhões com juros, pode-se afirmar que, se a elevação recente da taxa de juros nada adianta para resolver uma inflação que não é de demanda, significou ganho extra de mais de R\$ 100 bilhões para os rentistas.

Se a maior parte dos países do mundo enfrenta problemas na oferta de energia, no preço do frete, na falta de componentes para a indústria, no Brasil, os reflexos da pandemia foram ainda mais graves, porque encontraram nossa economia desorganizada e ultra-liberalizada, com forte desvalorização do real e enorme contingente de trabalhadores desocupados, subutilizados e precarizados, com a conseqüente explosão da pobreza.

Carestia é face mais visível da crise no Brasil

A aceleração da inflação no Brasil é um dos aspectos mais devastadores para as condições de vida da classe trabalhadora. A variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em abril, que mede a inflação oficial, atingiu 1,06%, acumulando 12,13% em 12 meses, a maior taxa desde outubro de 2003, quando chegou a 13,98%. Só nos primeiros quatro meses de 2022, a taxa já alcançou 4,29%.

As expectativas são de que o IPCA-IBGE acumule alta próxima de 8% em 2022, e que atinja 4% em 2023, sinalizando que os impactos da elevação de custos, que atingem a economia global, por aqui será sentido de forma ainda mais intensa, sobretudo pelos que vivem da remuneração do próprio trabalho.

Em abril, o custo do conjunto dos alimentos básicos aumentou em todas as capitais onde o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As altas mais expressivas ocorreram em Campo Grande (6,42%), Porto Alegre (6,34%), Florianópolis (5,71%)

e São Paulo (5,62%), capital em que a cesta apresentou o maior custo (R\$ 803,99) no mês. A comparação do valor da cesta em 12 meses, ou seja, entre abril de 2022 e abril de 2021, mostrou que todas as capitais tiveram forte alta de preços, com variações que oscilaram entre 17,07%, em João Pessoa, e 29,93%, em Campo Grande.

Com base na cesta mais cara, que, em abril, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em abril de 2022, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 6.754,33, ou 5,57 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00. Em abril de 2021, o valor do mínimo necessário deveria ter sido de R\$ 5.330,69, ou seja, elevação de 26,7% em 12 meses.

Com a alta inflação, há impactos negativos sobre os resultados das negociações coletivas, em 2022. No primeiro trimestre desse ano, com base nos registros realizados até começo de abril no Sistema Mediador, do Ministério do Trabalho, 39,9% dos acordos e convenções coletivas fixaram reajustes abaixo da inflação. Resultados iguais ao INPC-IBGE foram 30,9%; e acima do índice inflacionário, apenas 29,2%. A variação real média dos reajustes no ano foi de -0,49%. Os pisos salariais também estão em patamar cada vez mais insuficiente para garantir sobrevivência diante da inflação galopante. De janeiro a março de 2022, o valor médio dos pisos foi de R\$ 1.387,82.

Desocupação elevada e renda em queda

Embora a postura irresponsável do governo federal em relação à pandemia de covid-19 torne elevado o risco de novas ondas de contaminação e mortes, o avanço da cobertura pelas vacinas (superior a 82%, considerando quem recebeu duas doses) fez com que a atividade econômica e social voltasse ao nível anterior a março de 2020, quando se registraram os primeiros óbitos pela doença. Por conta disso, há melhora nos indicadores de ocupação no Brasil, embora com maior precariedade e informalidade.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do IBGE, a taxa de desocupação do trimestre de janeiro a março de 2022 (11,1%), ficou estável em relação ao trimestre anterior, tendo recuado 24,5% na comparação com a taxa do mesmo trimestre de 2021 (14,7%). A população desocupada é de 11,9 milhões de pessoas, enquanto o total de ocupados está em 95,3 milhões, aumento de 8,2 milhões em relação a igual período de 2021.

A taxa composta de *subutilização* está em 23,2%, ou seja, a população subutilizada é estimada em 26,8 milhões, patamar muito elevado, ainda que tenha havido recuo de 20% em relação ao mesmo período de 2021. A população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas representa 6,5 milhões de pessoas. A desalentada atinge 4,6 milhões, representando 4,1% em relação à força de trabalho total.

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos) atingiu 34,9 milhões, enquanto o de trabalhadores sem carteira (12,2 milhões) subiu 19,3% (mais 2 milhões de pessoas) na comparação com igual período de 2021. O número de trabalhadores por conta própria (25,3 milhões de pessoas) aumentou 7,3% (mais 1,7 milhão de pessoas) em relação ao mesmo período do ano anterior. E o de trabalhadores domésticos (5,6 milhões de pessoas) cresceu 19,0% (mais 895 mil pessoas), na comparação com o mesmo trimestre de 2021.

A taxa de informalidade foi de 40,1% da população ocupada, ou 38,2 milhões de trabalhadores informais, praticamente estável desde 2021. Já o rendimento real habitual (R\$ 2.548) recuou 8,7% em relação a igual trimestre de 2021.

Quem está ganhando com a crise?

Estudo realizado pelo professor de Economia Eduardo Costa Pinto, vice-diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), mostra que, desde 2016, os lucros privados apropriados pela elite no Brasil crescem a “taxas chinesas”. Entre 2017 e 2019, o PIB variou entre 1,3% e 1,8%. Em 2020, primeiro ano da pandemia, a queda foi de 3,9%, seguida de alta de 4,6%, no ano passado. Por outro lado, em 2021, a taxa de lucro das 240 maiores empresas de capital aberto no Brasil aumentou 22%, quase cinco vezes mais que o PIB do país⁴.

Entre os fatores que o estudo indica como impulsionadores dessa aceleração lucrativa privada está a recente alta no preço das *commodities* no mercado internacional, além de fusões e aquisições entre empresas, que vêm concentrando ainda mais o mercado. Mas é a redução dos custos do trabalho o principal fator identificado, sendo que o enriquecimento dessa elite decorre diretamente da contrarreforma trabalhista levada a cabo por Michel Temer e aprofundada com Bolsonaro.

O salto nos lucros é puxado principalmente pelas corporações não financeiras, mais intensivas em mão de obra. Por outro lado, o setor financeiro está praticamente imune às condições objetivas da economia, mantendo elevadas taxas de lucro em toda a última década.

⁴ <https://outraspalavras.net/outrasmidias/brasil-o-apetite-sem-fim-da-megaburguesia/>

Enquanto as empresas não financeiras amargaram resultado negativo em 2015, por exemplo, os grandes bancos e gestoras de ativos avançaram 15% naquele ano.

O estudo destaca que, em 2021, 88 milhões de pessoas receberam R\$ 822 bilhões pela venda da força de trabalho, enquanto esse pequeno grupo de grandes empresários/investidores acumularam R\$ 218 bilhões em dividendos, cerca de 25% dos ganhos totais de todo o conjunto dos trabalhadores. Além disso, o rendimento real médio do trabalhador caiu 7% em 2021, na comparação com o ano anterior. A análise indica que, se os salários caíram 7% e o PIB cresceu 4,6%, o crescimento do PIB foi apropriado por esse pequeno grupo..

A concentração da propriedade da terra em cada vez menos grupos econômicos é uma característica do agronegócio brasileiro, desde o tempo em que o Brasil era colônia de Portugal.

Os dados sobre a estrutura fundiária brasileira apontam para três processos concomitantes: aumento da concentração fundiária; avanço do agronegócio sobre as terras públicas e comunitárias, seja por meio da grilagem ou de alterações legais que colocam essas terras no mercado e as disponibilizam para o capital; e ampliação da aquisição de terras por empresas e fundos de investimento de capital estrangeiro.

Considerando os dados mais recentes do IBGE, em 2017, os pequenos estabelecimentos (com área até 10 hectares) eram mais de 50% do total, mas ocupavam somente 2,3% da área, enquanto os grandes (com mais de 1.000 hectares) representavam apenas 1% dos estabelecimentos, mas ocupavam 47,5% da área. O IBGE indica que a concentração fundiária pouco se alterou entre 1975 e 2017, utilizando para isso o índice de Gini: quanto mais próximo de zero, mais igualitária a distribuição; quanto mais próximo de 1, mais desigual esta distribuição. Em 1975, o índice de Gini para a concentração fundiária no Brasil estava em 0,855, atingindo 0,864 em 2017.

Dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) mostram também que os latifúndios predominam não só em relação às médias e pequenas propriedades, mas também em relação a Unidades de Conservação Terrestres de Proteção Integral, Terras Indígenas, Assentamentos Rurais e Territórios Quilombolas. Nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)⁵ apontou crescimento de 55% de terras indígenas em há áreas registradas irregularmente como propriedade privada no Cadastro Ambiental Rural, no período entre 2016 e 2020, evidenciando que esse cadastro, sob responsabilidade do Incra, tem

⁵ <https://ipam.org.br/bibliotecas/lawless-land-in-no-mans-land-the-undesigned-public-forests-in-the-brazilian-amazon/>

sido empregado para fraudes e para legitimar a ocupação ilegal de terras de povos indígenas, à espreita de que o atual governo diminua essas áreas em que não pode haver propriedade privada para reconhecer a ocupação irregular em curso.

Vale registrar também o avanço da aquisição de terras por parte de estrangeiros. De acordo com os dados disponíveis na plataforma *LandMatrix*⁶, que acompanha as transações de terra mundo afora, o Brasil é o terceiro maior alvo de investimentos externos em terras, com mais de 3,4 milhões de hectares adquiridos por capital estrangeiro em 2020.

Extrema concentração fundiária, trabalho análogo ao escravo e autoridades públicas que são a ponta de lança para o avanço da fronteira de devastação ambiental resultam em barbárie, como mostra a 36ª edição do relatório sobre conflitos no campo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁷: entre 2019 e 2021, foram 5.725 conflitos no campo, o maior número para o período de um mesmo presidente da República em toda a série histórica, iniciada em 1985 – ano em que as elites quiseram inaugurar a chamada Nova República no Brasil.

Desinterditar o debate e ocupar as ruas com propostas

Um dos elementos mais perversos da herança neoliberal continua a ser a interdição do debate sobre alternativas soberanas para a condução do país no rumo do desenvolvimento. É preciso recolocar a política econômica a serviço de um projeto de desenvolvimento inclusivo, mais igual e que recupere e preserve o meio ambiente.

A grande esperança está, de fato, na mobilização popular para pressionar pela adoção de modelo econômico que desenvolva o país e gere benefícios para o conjunto da população.

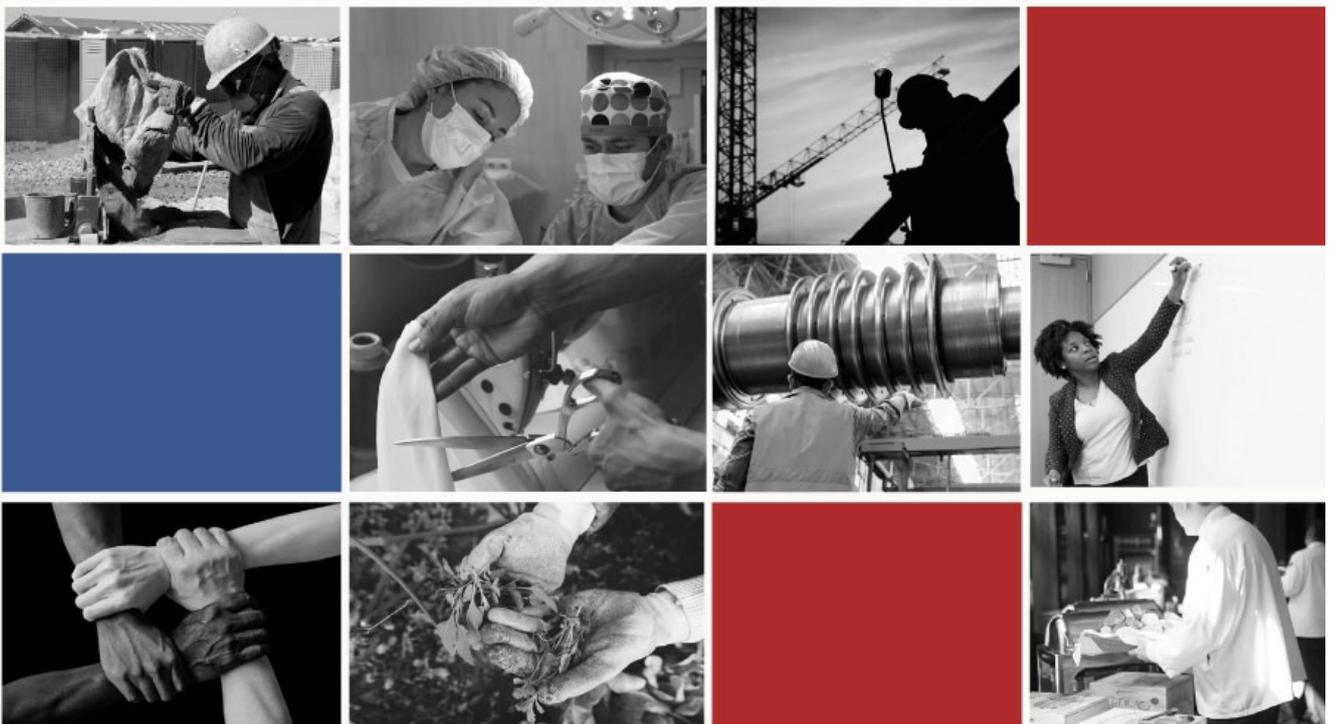
Nesse sentido, as Centrais Sindicais realizaram a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 7 de abril, evento em que apresentaram ao povo brasileiro a Pauta da Classe Trabalhadora 2022⁸, composta por um conjunto de propostas que espelham o modelo de desenvolvimento necessário para o Brasil gerar empregos de qualidade, crescimento dos salários, proteção dos direitos trabalhistas, combate às desigualdades, proteções sociais e previdenciárias, e que promova a defesa da democracia, da soberania e da vida. A pauta busca interferir nos rumos do desenvolvimento do país, depois de um longo período de resistência e luta aos ataques sem

⁶ <https://landmatrix.org/>

⁷ <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/6002-cpt-divulga-relatorio-sobre-conflitos-no-campo-no-brasil-em-2021>

⁸ <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/91029-conclat-pauta-aprovada-com-unidade-e-agenda-para-as-eleicoes>

precedentes impostos por esse governo, que ignora e persegue a classe trabalhadora e seus legítimos representantes. O documento está sendo entregue aos candidatos à presidência da República e ao Congresso Nacional, uma vez que, como destacam as Centrais Sindicais, é crucial eleger lideranças comprometidas com a pauta da classe trabalhadora nas eleições de outubro.



**O DIEESE precisa do seu apoio para continuar produzindo
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA**

APOIE O DIEESE!

Mais informações: relacionamento@dieese.org.br ou 0800 77 33 117



Escritório Nacional
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo – Carlos Ortiz

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

Cesar Andaku

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Patrícia Pelatieri (revisão técnica)

Carlindo Rodrigues de Oliveira (revisão técnica)